

Padrões e interconexões do setor agrícola do Brasil e da China nos regimes alimentares internacionais

Patterns and interconnections of Brazilian and Chinese agricultural sector in international food regimes

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.131156>

Giacomo Otavio Tixiliski
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Brasil
giacomotix@gmail.com  

Resumo

O presente artigo visa contribuir com o debate sobre as interações do Brasil e da China através da perspectiva dos regimes alimentares internacionais. Para isso, é construído uma descrição histórica baseada no método de *incorporated comparison*, além da revisão bibliográfica frente a dados empíricos encontrados em base de dados públicas. A principal hipótese é de que há uma mudança nos fluxos comerciais brasileiros em direção à China, principalmente na exportação de proteína animal e soja, que modificam os padrões produtivos e de consumo do regime alimentar internacional. O artigo é dividido, além da introdução, em duas seções: a primeira com a descrição dos principais padrões dos regimes alimentares internacionais e a segunda pela análise das interligações produtivas, comerciais e políticas dos setores agrícolas do Brasil e da China. Nas conclusões encontra-se os resultados, principalmente a confirmação da hipótese e da observação que o Brasil e a China têm inserções diferentes no último regime, enquanto o primeiro aprofunda seu papel de produtor de *commodities*, o segundo busca uma participação autônoma e ativa no regime alimentar internacional.

Palavras-chave: Regimes alimentares; Brasil; China; *incorporated comparison*.

Abstract

This article aims to contribute to the debate about the interactions of Brazil and China through the international food regimes perspective. To do so, a historical description based on the method of *incorporated comparison* is constructed, in addition to the literature review facing empirical data found in public databases. The main hypothesis is that the Brazilian trade flows towards China, mainly in the export of animal protein and soy, are changing the production and consumption patterns of the international food regime. The article is divided, besides the introduction, into two sections: the first with the description of the main patterns of international food regimes and the second by the analysis of the productive, commercial and political interconnections of the agricultural sectors of Brazil and China. In the conclusions we find the results, mainly the confirmation of the hypothesis and the observation that Brazil and China have different insertions in the latter regime. While the former deepens its role as a producer of *commodities*, the latter seeks an autonomous and active participation in the international food regime.

Keywords: Food regimes; Brazil; China; *incorporated comparison*.

Recebido: 23 Março 2023
Aceito: 29 Junho 2023

Apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhamento Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

A China passou nos últimos quarenta anos por um processo de expansão econômica, pelo aumento da presença na economia-mundo capitalista por meio de suas empresas e por mudanças internas, como o êxodo rural (LI, 2008; ZHANG, 2019). Uma das principais mudanças foi na dieta da população chinesa, que perdeu suas características históricas com o aumento do consumo de proteína animal e de produtos ultraprocessados (KORNES; LIU, 2021). Essas mudanças impactam diretamente países como o Brasil, devido sua capacidade de produção de produtos agroalimentares. A China foi o principal destino da soja brasileira (68%), das carnes bovinas (67%), suínas (44%) e de aves (15%) em 2022 (MDIC, 2023). Esses números comerciais alavancam os investimentos chineses no Brasil, modificando as relações de poder, na construção de políticas reguladoras e na acumulação de capital.

O avanço econômico e político chinês nas economias, principalmente latino-americanas, é considerado por algumas pesquisas como análogo às relações assimétricas entre centro-periferia. Isso se deve ao fato de que os objetivos chineses são ligados aos produtos primários, diminuindo a capacidade dos Estados impactados no desenvolvimento dos setores industriais. Nessa perspectiva, o Brasil avançaria em sua desindustrialização devido ao grande peso das *commodities* para a balança comercial (MCKAY *et al.*, 2017; GIRAUDO, 2019). Já em outra perspectiva, não se pode responsabilizar a China pelo peso das *commodities* na pauta exportadora, já que o Brasil e a América Latina como um todo, tem poucas políticas industriais que aumentam a produtividade e o desenvolvimento tecnológico que os momentos de alta demanda por *commodities* possibilitaram com a melhora dos termos de trocas (MEDEIROS; CINTRA, 2015; OURIQUES; VIEIRA, 2017).

A partir dessa discussão, é possível observar que os produtos agroalimentares são essenciais para qualquer análise que envolva os dois países. No entanto, as explicações de como se dá a interação sino-brasileira nesse âmbito ainda são confusas e conceitualmente fracas. Dito isso, esse artigo tem como objetivo responder a seguinte questão: Quais são os padrões e interconexões econômicas e políticas entre o Brasil e a China no regime alimentar internacional? A principal hipótese é de que há uma mudança nos fluxos comerciais brasileiros em direção à China, principalmente na exportação de proteína animal e soja, que modificam os padrões produtivos e de consumo do regime alimentar internacional.

Para responder esse problema, é preciso optar por uma perspectiva conceitual e por uma metodologia, o que limita como e quais dados serão analisados. A escolha realizada foi dos regimes alimentares internacionais de Friedmann e McMichael (1989), ligada a perspectiva dos sistemas-mundo. A utilização desse conceito focaliza em análises descritivas de caráter crítico dos polos de produção e de consumo de produtos agroalimentares no recorte espaço-temporal proposto. Além disso, auxilia na compreensão das formas de organização produtiva e dos movimentos políticos da economia-mundo capitalista em sua totalidade (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989; MCMICHAEL, 2019).

Para confirmar a hipótese, utiliza-se como metodologia a *incorporated comparison* (MCMICHAEL, 1990). Nesse método, “[...] a comparação [é] ‘interna’ à investigação histórica, em que as instâncias do processo são comparáveis porque estão historicamente conectadas e se condicionam mutuamente” (MCMICHAEL, 2000, p. 671). Em outras palavras, a “comparação incorporada”, diferente de outros métodos comparativos, possibilita uma análise dual entre o geral (regimes alimentares internacionais) e o particular (interação Brasil-China) em um mesmo processo histórico em constante modificação (PINTO, 2023).

Nesse aparato metodológico, será possível descrever as principais características dos regimes alimentares internacionais, focalizando no modo de produção e nas trocas de mercadorias agroalimentares na economia-mundo capitalista de 1870 até 2020. Feito a descrição dos padrões dos regimes alimentares internacionais, a segunda seção analisa as características particulares das unidades selecionadas, ou seja, o desenvolvimento agrícola do Brasil e da China e as suas interações dentro dos regimes alimentares internacionais. Na última seção e nas conclusões, será possível notar que as interações desses países não são submissas ao centro da economia-mundo capitalista, ao contrário, os padrões produtivos específicos e as dinâmicas gerais dos regimes alimentares internacionais são co-constitutivos (BIELER; MOORE, 2023).

Como pode-se perceber, a organização do artigo e o método escolhido é multidimensional, seja nas características e no espaço-tempo analisados. Não seria possível realizar esse exercício com as fixações impostas por outros métodos comparativos, que observam as unidades como limitadas em uma totalidade dada (BIELER; MOORE, 2023; RU, 2023). Nesse sentido, o artigo possibilita análises alternativas sobre o papel do Brasil e da China nos regimes alimentares internacionais.

Padrões de produção e de comercialização da agricultura na economia-mundo capitalista contemporânea (1870-2020)

Para algumas correntes que estudam o desenvolvimento, a produção agrícola auxilia no desenvolvimento econômico por meio das suas relações intersetoriais, do fortalecimento do mercado interno e das inovações tecnológicas e produtivas. As conexões são relacionadas ao trabalho, salários e a acumulação de capital, que retroalimentam a produtividade de todos os setores da economia. Com o crescimento populacional¹ das últimas décadas, essas conexões tornaram-se ainda mais importantes. Algumas pesquisas demonstram que, com a produtividade agrícola ascendente, é possível processar mudanças socioeconômicas estruturais, como o aumento do bem-estar social, baseadas na transferência de recursos da agricultura para outros setores (ANDERSSON; TILL, 2018; PINILLA; WILLEBALD, 2018).

A intensidade dessas relações intersetoriais é influenciada pelas condições naturais, pelo ambiente institucional e pelo panorama econômico de cada região. Os números apresentados por Timmer (2009) mostram que até os anos 2000 a agricultura diminuía sua participação no emprego e no Produto Interno Bruto (PIB) dos países ricos, principalmente aqueles membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Contudo, as políticas de proteção e subsídio ao setor agrícola local não foram afetadas, mesmo que em detrimento dos setores agrícolas dos demais países. Os dados da produção agrícola corroboram com o argumento de Timmer (2009), pois enquanto na década de 1950 os países centrais aumentavam sua produção em média 3%, nos anos de 2010 não houve aumento expressivo da produção (PINILLA; WILLEBALD, 2018).

No caso dos países periféricos, a produção agrícola teve aumento contínuo desde os anos 1920 até 2010, o que demonstra que a produção está localizada nas regiões periféricas do globo². Os dados comerciais da FAO demonstram que os valores das importações de produtos agrícolas nos países europeus são maiores do que as exportações até o ano de 2014. Na América do Norte, os valores de importações e exportações de produtos agrícolas são próximos, com uma pequena prevalência das exportações. Já no sudeste asiático, as importações são historicamente maiores do que as exportações, em 2019 as importações de produtos agrícolas somaram US\$233 bilhões, enquanto as exportações ficaram em torno de US\$46 bilhões. Essa dinâmica é inversa na América do Sul, onde as exportações de produtos agrícolas em 2019 ultrapassaram os US\$141 bilhões, já as importações somaram apenas US\$16 bilhões (FAO, 2021).

As análises dos regimes alimentares internacionais buscam compreender essas relações internacionais de produção, comercialização e consumo de produtos agrícolas (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989). Para McMichael (2009) as análises sobre os regimes alimentares são essenciais para compreender os momentos históricos das relações alimentares capitalistas e do próprio capitalismo. Com as definições de regimes alimentares também é possível reorientar o entendimento de *commodities* como objeto para *commodities* como relações (MCMICHAEL, 2009).

Os regimes alimentares internacionais não são sinônimos de regime internacional proposto pelas correntes institucionalistas das Relações Internacionais. Segundo Friedman (1982), os regimes internacionais têm um caráter normativo que não conseguem encaixar os padrões produtivos. Neste sentido, “A literatura da ciência política sobre regimes internacionais é ambígua quanto à relação entre o poder internacional e a economia internacional. Sua virtude é

¹ Segundo os dados do Banco Mundial (2021), a população mundial em 1960 era de 3 bilhões de pessoas, já em 2020 esse número ultrapassou os 7 bilhões.

² Países periféricos utilizados na classificação de Pinilla, Willebald (2018): 3 países africanos (África do Sul, Gana e Zâmbia), 13 países asiáticos (Bangladesh, Camboja, China, Filipinas, Índia, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Paquistão, Taiwan, Tailândia e Vietnã), Austrália, Canadá, Nova Zelândia e todos os países da América Latina.

que ela propõe conceitos para a análise de áreas temáticas em vez de construir um modelo formal do "sistema" global baseado principalmente no poder internacional" (FRIEDMANN, 1982, p. 254).

O emprego acrítico de conceitos institucionalizados por Organizações Internacionais também é contraditório. Por exemplo, o conceito de sistemas alimentares da Food and Agriculture Organization (FAO, 2018)³ implica na percepção de governança global⁴, que por sua vez, difunde os processos decisórios e equipara os atores não-estatais aos Estados, o que dificulta uma contraposição sobre as decisões tomadas. Em resumo, a governança global conforme as cartilhas institucionais “[...] não regula e ainda empodera as corporações transnacionais [...]” (ARAGÃO; SANTOS, 2017, p. 61).

Brown (2019), avalia que a formulação inicial de Friedmann e McMichael (1989) descreviam estruturalmente os padrões e normas de produção, distribuição e consumo de alimentos que apoiam a acumulação de capital. Contudo, essas análises não tinham a proposição de equalizar os Estados a outros atores e nem mesmo propor mecanismos de governança sobre o tema. Além disso, houve uma flexibilização para compreender a justaposição dos Estados e da economia-mundo capitalista na sustentação e/ou modificação dos regimes alimentares internacionais. Desse modo, a utilização dos padrões históricos de Friedmann, McMichael (1989) e McMichael (2009) nesse artigo mostram as dinâmicas históricas de um processo dialético de construção e modificação dos regimes alimentares internacionais, em que os agentes políticos e econômicos modificam e são modificados o tempo todo (BIELER; MOORE, 2023).

Os regimes alimentares são divididos em três períodos históricos. O primeiro deles é o Colonial-Diaspórico (1870-1930). A principal característica deste regime é o aumento extensivo do trabalho assalariado nas relações de produção do século XIX e no século XX a reconstrução do consumo, que gerou consequências importantes para a produção agrícola mundial, logo para as bases econômicas e políticas do primeiro regime alimentar. Nesse âmbito, a ruptura do colonialismo com o surgimento de Estados independentes na época fez com que o regime Colonial-Diaspórico tivesse a produção agrícola tradicional de gêneros alimentícios básicos gerenciada pelos Estados em um sistema comercial liberal que tinha a Grã-Bretanha como centro (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989; SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016).

No centro do poder da época, a Grã-Bretanha, o processo de assalariamento nas relações produtivas pode ser observado pela mudança da estrutura da força de trabalho, a agricultura utiliza 56% da força de trabalho do país em 1700, esse número diminuiu para 16% em 1890 (MADDISON, 2001). Do mesmo modo, a diminuição desse valor pode ser influenciada pela mudança geográfica da produção agrícola dos Estados centrais para os Estados periféricos. Os dois dados possibilitam mostrar que há relações entre produção e consumo das regiões centrais e periféricas, porém essas relações são intensas e complexas. Assim, os fatores econômicos e políticos devem ser analisados para uma melhor compreensão, como no duplo movimento entre colonialismo e o surgimento de Estados independentes fora da Europa no primeiro regime alimentar.

Enquanto a Grã-Bretanha e outros Estados europeus buscavam subjugar territórios africanos e asiáticos, as colônias americanas lutavam pela independência política. A principal colônia, os Estados Unidos da América, tornava-se rapidamente um novo centro de poder, que baseou seu avanço econômico no mesmo liberalismo econômico inglês. Antes e depois das lutas entre Estados Unidos e Grã-Bretanha (1773-1783)⁵, as relações comerciais eram continuadas com o comércio triangular, que conectava Europa, África e Américas em um sistema econômico e político internacional que ordenava a divisão do trabalho, logo a especialização produtiva das regiões (FRANK, 1977). De forma contraditória, o ápice do colonialismo foi o embrião para as lutas entre Estados politicamente independentes e a construção do ideário liberal do capitalismo como fonte organizacional do globo por meio da especialização regional (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989).

³ “Os sistemas alimentares abrangem toda a gama de atores e suas atividades interligadas de agregação de valor envolvidas na produção, agregação, processamento, distribuição, consumo e descarte de produtos alimentícios originários da agricultura, da silvicultura ou da pesca, e partes dos ambientes econômicos, sociais e naturais mais amplos nos quais estão inseridos, silvicultura ou pesca, e partes dos ambientes econômicos, sociais e naturais mais amplos nos quais eles estão inseridos” (FAO, 2018, p. 1).

⁴ A governança global pode ser descrita como uma ordem comportamental derivada de instituições, processos, normas, acordos e mecanismos formais e informais entre atores estatais, organizações internacionais, grupos da sociedade civil e de empresas privadas (BENEDICT, 2015).

⁵ O início em 1773 refere-se à “Festa do chá de Boston” que reivindicava a retirada de impostos em produtos importados da Grã-Bretanha e o final em 1783 é referente ao Tratado de Paris, no qual a Grã-Bretanha reconheceu a independência estadunidense.

De todo modo, o comércio exterior geral durante o primeiro regime alimentar seguiu positivo, com aumento relativo de 404% no período de 1870 até 1930⁶, mesmo com as lutas políticas internacionais. Os dados selecionados reforçam que o Brasil, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha estavam integrados na economia-mundo capitalista. O Brasil exportava em torno de 34%, os Estados Unidos 4,8% e a Grã-Bretanha 19% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) em 1870. As importações em relação ao PIB, no mesmo ano, representavam 33% no Brasil, 29% na Grã-Bretanha e 5% nos Estados Unidos (ORTIZ-SPINA; BELTEKIAN, 2018). A comercialização de produtos agrícolas também seguiu crescente, no período 1850-1902 o crescimento foi de 3,7% e de 1903-1938 foi de 1,4% (APARICIO *et al.*, 2018).

Dentro do movimento de ruptura colonial do primeiro regime, o segundo regime alimentar surge com um novo centro de poder e novas características, porém, com o mesmo crescimento da comercialização do interior. Assim, no regime Mercantil-Industrial (1950-1970), a comercialização de produtos agrícolas cresceu em média 4,6% (APARICIO *et al.*, 2018). Esse dado é parte dos impactos do novo centro de poder, os Estados Unidos, que para McMichael (2009), reformulou os fluxos de alimentos para priorizar seu “império informal” durante a Guerra Fria, em que “[...] a principal característica definidora do regime era a transferência de excedentes agrícolas dos países do Norte para os países do Sul através dos programas chamados pelo eufemístico nome de ‘Food Aid’, que, na prática, constituíam uma forma de dumping” (SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016, p. 8). O anticomunismo também trouxe consigo os projetos desenvolvimentistas para boa parte da periferia e da semiperiferia, o que, por sua vez, auxiliou na construção da agroindustrialização nacional baseada na modernização produtiva do setor, conhecida como Revolução Verde, que fortalecia os vínculos transnacionais de produção e consumo (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989; MCMICHAEL, 2009; SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016).

Os movimentos de ajuda alimentar foram interligados em um objetivo geopolítico internacional dos Estados Unidos no âmbito da Pós-Segunda Guerra e da Guerra Fria. Os programas de ajuda alimentícia, tinham como finalidade a transferência de alimentos dos Estados Unidos para os países da América Latina, Europa e da Ásia. Durante os anos de 1956-1960, as exportações estadunidenses de trigo por meio dos programas de ajuda representaram 31,8% do total das exportações mundiais. Porém, essas exportações eram fortemente subsidiadas pelos governos estadunidenses, que negociavam em valores reduzidos os alimentos em moeda local dos países auxiliados e transferiam o dólar para as empresas privadas dos Estados Unidos. O valor arrecadado em moeda estrangeira era destinado para financiamentos externos sem a necessidade de aprovação do Congresso⁷. Essa ação interna dos Estados Unidos gerou padrões comerciais e produtivos globais, entre eles a dependência dos demais países em determinados alimentos, principalmente o trigo (FRIEDMANN, 1982).

Os programas de ajuda alimentícia foram acompanhados pela iniciativa da Revolução Verde que, de certa forma, produziu um processo de industrialização do campo nos países em desenvolvimento, sob a operação dos Estados Nacionais, porém seguindo os interesses dos mercados internacionais. A Revolução Verde iniciou no México em 1954, quando um cientista estadunidense, enviado pela Fundação Rockefeller, modificou sementes de trigo e arroz para aumentar a produção. O grande sucesso produtivo no México fez com que as sementes modificadas fossem, com ajuda dos Estados Unidos, utilizadas em países da América Latina e do Sudeste Asiático. A modernização agrícola não foi somente biofísica, mas de introdução de novas tecnologias, o que gerou a mecanização do campo e o aumento da produção nos países periféricos (FRIEDMANN, 1982; MCMICHAEL, 2009; PATEL, 2013).

O terceiro regime, conhecido como Corporativo-Ambiental (1995-hoje), mesmo com a continuidade crescente da produção mundial, continua indefinido por uma série de fatores. Os dois primeiros são relacionados a continuidade hegemônica e da moeda internacional do antigo regime, ou seja, a centralidade nos fluxos produtivos, financeiros e políticos dos Estados Unidos e do dólar. O terceiro refere-se às restrições estatais frente aos acordos multilaterais firmados sobre agricultura em Organizações Internacionais. E o quarto, visualiza que o processo de financeirização iniciado na

⁶ Os cálculos utilizados por Ortiz-Spina, Beltekian (2018) consideram os valores correspondentes aos volumes de exportação mundiais indexados em 1913 = 100. Assim, em 1870 as exportações eram de 24,74, já em 1930 o valor passou para 124,46.

⁷ Nos levantamentos de Friedmann (1982) os Estados Unidos fizeram vendas concessionais de US\$9,3 bilhões entre 1955 e 1965.

década de 1970 também contribui para as (in)definições desse novo regime, com as corporações transnacionais como dominantes das cadeias mercantis de produtos agroalimentares. Contudo, apesar das dificuldades na definição do regime atual, é possível notar o advento de padrões de produção e consumo de massa ligando a agricultura a padrões industriais, que formam quatro complexos agroalimentares globais: o complexo trigo e milho, o de alimentos duráveis, a pecuária/ração e o de produtos tropicais (ESCHER; WILKINSON, 2019; MCMICHAEL, 2009; SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016).

A incoerência entre projetos nacionais alavancados pela Revolução Verde e a internacionalização dos produtos e dietas dos Estados Unidos do segundo regime alimentar, fez com que o terceiro regime integrasse e replicasse os setores agrícolas mundiais, passando a centralidade da produção do Estado para o capital (MCMICHAEL, 2009). A década de 1990 foi o ápice desse processo, em que o mundo passou por uma abertura econômica alavancada pela queda da União Soviética, pela euforia hegemônica dos Estados Unidos e a crescente importância de Organizações Internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Ásia e América Latina foram impactadas por essa onda liberalizante, em que, na América Latina, notou-se uma especialização regressiva em um modelo liberal periférico, que tem como características: liberalização, privatização, desregulamentação, subordinação, vulnerabilidade externa estrutural e dominância do capital financeiro (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007). Na Ásia o processo de liberalização foi mais controlado, principalmente na China, onde o Estado “[...] planeja, regula, estabiliza, investe, empreende, provê e vigia” (NOGUEIRA, 2021, p. 7).

Com as mudanças políticas e econômicas, novos complexos agroalimentares se tornaram importantes na produção e no comércio, principalmente aqueles relacionados com a produção de proteína animal. A produção de carne ao nível global triplicou de 1970 a 2019, passando de 100 milhões de toneladas para 336 milhões de toneladas. A produção de soja, principal origem das rações animais e base para outros produtos alimentícios e de biocombustível, que em 1970 era de 43 milhões de toneladas, em 2019 foi para 333 milhões de toneladas (FAO, 2021).

Além da mudança produtiva, a partir dos anos 1990 o nóculo de comercialização de produtos agrícolas tornou-se um oligopólio comandado por empresas multinacionais. Quatro empresas são responsáveis pela importação e exportação de 70% das *commodities* agrícolas: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company, conhecidas também pelo acrônimo ABCD (SANTOS; GLASS, 2018). Fundadas entre 1818 e 1902 nos Estados Unidos e na Europa, essas empresas já estavam presentes no primeiro regime alimentar, demonstrando uma continuidade do comando dos países do Atlântico Norte do primeiro ao último regime. Contudo, com a participação chinesa no século XXI por meio da China Oils and Foodstuffs Corporation (COFCO) fez com que o grupo ABCD diminuísse sua participação na comercialização de grãos, em 2014, por exemplo, a participação da ABCD nas exportações brasileiras de grãos caiu de 46% para 37% em 2015, enquanto a COFCO representou 45% (SANTOS; GLASS, 2018).

As mudanças na participação dos Estados Unidos na produção e comercialização dos produtos agropecuários, faz com que a principal característica do terceiro regime alimentar seja a multipolaridade, em que há uma reorientação policêntrica Sul/Oriente do regime alimentar, que Brasil e China são dois dos principais atores (MCMICHAEL, 2009; ESCHER; WILKINSON, 2019). Com isso, é possível notar que o terceiro regime alimentar enfrenta um ponto de inflexão, com legados dos regimes alimentares anteriores cada vez mais disfuncionais. Os modelos de exportações do século XIX e os esforços de industrialização do século XXI parecem atingir seus limites sociais e ecológicos, reforçando a necessidade de alternativas como a agricultura familiar. No entanto, os regimes alimentares, mesmo que historicamente datados, constituem uma ordem alimentar global em evolução através da reestruturação do subsistema interestatal na economia-mundo capitalista. Assim, cada regime alimentar é construído através do tempo e espaço: justapondo relações residuais, dominantes e emergentes (MCMICHAEL, 2019).

Nesse esforço explicativo da ordem alimentar global que iniciou em 1870, a próxima seção analisará as relações de dois dos atores mais importantes para o último regime alimentar. A descrição das especificidades das relações Brasil-

China no setor agropecuário podem auxiliar nas análises que buscam entender as inserções dos dois países, da América Latina e da Ásia com a economia-mundo capitalista.

As interações entre Brasil e China no atual regime alimentar internacional

Para compreender qual é a inserção e as relações desses países nos regimes alimentares internacionais não basta trazer dados de produção e de consumo, é necessário descrever as principais características, metas e processos internos no setor agrícola dos dois países. Para isso, é preciso subdividir essa seção, primeiro com uma síntese do desenvolvimento agrícola brasileiro e, em seguida, do desenvolvimento agrícola chinês e finalizar com a interação desses dois países no atual regime alimentar mundial.

Brasil

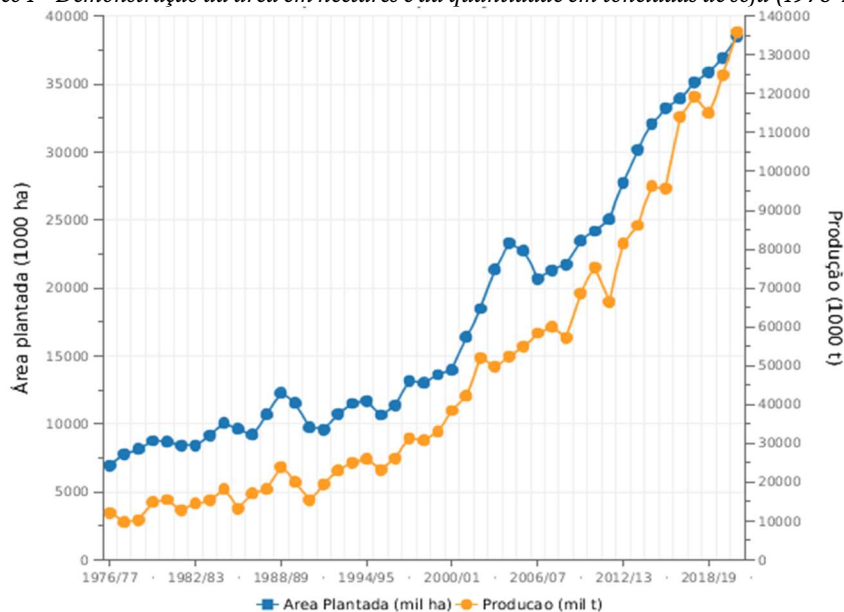
No Brasil, o setor agrícola é de suma importância para a economia nacional, tendo sido “a agricultura o nervo econômico da colonização” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 135). Ao longo da história, ciclos econômicos baseados em produtos primários, como o ciclo do açúcar e o ciclo do café, organizaram a sociedade brasileira. O Brasil Colônia tinha como objetivo o externo, nada mais que isso, sua produção e sociedade tinham a Europa como início e fim (PRADO JÚNIOR, 2011). Com isso, a grande propriedade e a monocultura tornaram-se características estruturais da sociedade brasileira, além do racismo e da falsa cordialidade baseada em títulos tão comuns aos colonizadores (PRADO JÚNIOR, 2011; HOLANDA, 2014).

A concentração de terras que já era presente na Colônia, facilitou a modernização das décadas de 1960 e 1970, que a partir dos preceitos da Revolução Verde, conseguiu industrializar o campo. A modernização conservadora do período, tinha assim os objetivos de: “[...] (a) liberar mão de obra para a indústria; (b) gerar oferta adequada de alimentos; (c) suprir matérias-primas para indústrias; (d) elevar as exportações agrícolas; (e) transferir renda real para o setor urbano” (DELGADO, 2005, p. 30). Para isso, a ditadura militar firmou bases de um setor agrícola integrado com os setores industriais e financeiros por meio da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), da Política de Garantia de Preço Mínimos (PGPM) e da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A partir desses objetivos e políticas públicas se organiza a agricultura brasileira moderna que visa o aumento da produtividade para fins comerciais externos. Exemplo disso é o aumento de fertilizantes e de maquinário na lavoura. Em 1960, o uso de NPK, um tipo de fertilizante, era de 198,4 mil toneladas, já em 1980 esse valor passou para 4.066 mil toneladas. O mesmo ocorre com os tratores, em 1960 eram 61.345 unidades sendo utilizadas no Brasil, já em 1980 eram 545.205 unidades em funcionamento. Com o aumento do uso de fertilizantes e maquinário nas lavouras, a apropriação e especulação de terras em todo território nacional para a produção agrícola também foi crescente (DELGADO, 2005).

De todo modo, ao analisar os dados de produção de alguns produtos nota-se o sucesso dessa modernização. A soja passou de 6 milhões de hectares (1977) para 38 milhões de hectares (2020), que produziram 12 milhões de toneladas e 135 milhões de toneladas, respectivamente. O milho que antes usava 11 milhões de hectares (1976), hoje utiliza 19 milhões de hectares (2020), e sua produção passou de 19 milhões de toneladas, para 86 milhões de toneladas (CONAB, 2021). A demonstração abaixo (gráfico 1) tem como finalidade ilustrar o crescimento quase vertical da produção e da área plantada de soja, o que pode indicar demanda externa crescente. Para confrontar essa afirmação, basta ver que 74 milhões de toneladas de soja em grão foram exportadas em 2020 (CONAB, 2021).

Gráfico 1 - Demonstração da área em hectares e da quantidade em toneladas de soja (1976-2020)



Fonte: CONAB, 2021.

A centralidade da produção agrícola para o Brasil também pode ser observada pela necessidade do setor na sustentação econômica nacional. O agronegócio brasileiro era e ainda é utilizado como fonte para saldo comercial positivo, no intuito de diminuir os valores negativos da Conta-Corrente do país. Exemplo disso é de que na década de 1990, os governos de Fernando Henrique Cardoso lançassem políticas públicas que aumentassem o papel do agronegócio na economia nacional para diminuir o impacto da fuga de capital e dos empréstimos internacionais tomados (DELGADO, 2005; 2012).

Os eixos de desenvolvimento visavam expandir no país novas zonas econômicas e corredores comerciais para o agronegócio, além da reorganização da EMBRAPA para estabelecer interligações com as multinacionais do setor e a sobrevalorização do real para competição com produtos internacionais foram uma das políticas que lançaram o agronegócio no Brasil. Os governos do Partido dos Trabalhadores nas duas primeiras décadas do século XXI (2003-2016) continuaram e aprofundaram algumas políticas iniciadas na década de 1990. A política cambial e o cenário internacional de forte demanda por milho, soja e carne, além de outras políticas, trouxeram índices de crescimentos positivos para o Brasil (DELGADO, 2005; 2011). Resultado dessas políticas foi a participação do agronegócio no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 34,8% em 1996, o índice não esteve abaixo de 18% até 2020 (CEPEA, 2021).

Com centralidade econômica, os agentes relacionados ao setor também buscam representatividade na política nacional. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mais conhecida como “Bancada Ruralista”, com mais de 200 parlamentares, comanda 1/4 do Congresso Nacional. A presença da FPA buscou legitimar os interesses sobre a terra na Constituição de 1988 e, atualmente, buscam “a modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas quilombolas, a fim de garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor” (FPA, 2021).

A combinação entre latifúndio e monocultura enraizada nos tempos coloniais ainda resiste na República, que para alguns pesquisadores é considerada uma “República da Soja”, devido à centralidade do grão para a economia nacional e para a inserção internacional do país. Porém, a junção dos interesses da burguesia agrária, do capital agroindustrial e das políticas macroeconômicas do Estado é criticado em relação ao uso intensivo de agrotóxicos e ameaça de desindustrialização e reprimarização da economia brasileira (DELGADO, 2005, 2012; TURZI, 2017; ESCHER; WILKINSON, 2019).

No entanto, as críticas não diminuem a importância do Brasil nos regimes alimentares internacionais, principalmente como fonte de produtos essenciais para a economia internacional. Os fluxos produtivos e comerciais do primeiro até o último regime passam por território brasileiro, o que faz com que haja um reflexo político e econômico, pois o país produz políticas para a continuidade produtiva dos principais produtos agroalimentares e os produtos agroalimentares se tornam essenciais para a economia nacional, aumentando a dependência econômica em relação ao setor externo.

China

A China imperial passou por processos diferentes daqueles que o Ocidente passou e esse artigo não conseguiria descrever todos eles. Porém, é possível notar “[...] padrões de atividade econômica na China, com uma grande diversidade não muito diferente em sua abrangência e dos tipos encontrados na Europa entre os séculos X e XVIII” (WONG, 1999, p. 215). Entre esses padrões comuns estão o comércio de longa distância, expansão de novos territórios produtivos, melhorias na tecnologia agrícola e a expansão da indústria rural. No entanto, diferente dos Estados mercantilistas da Europa, o Estado Chinês tinha maior controle produtivo e comercial no setor agrícola, o que diminuía a capacidade política das elites comerciais frente a burocracia e colocava a estabilidade social nas mãos do Estado (WONG, 1999).

Ao lado do Estado estava a agricultura. As questões de subsistência e produção agrícola já faziam parte dos principais interesses do Estado Chinês no século XVIII. O Estado Chinês do século XVIII criou as bases da economia agrícola chinesa atual, em que promoveu a expansão territorial, expandindo e reparando o controle de água para estabilizar a produção de grãos para subsistência e para comercialização; influenciou e regulou a distribuição de grãos para haver maior equidade entre as regiões chinesas; e apoiou a migração para criação de novos espaços ocupados para produção agrícola e para estabilizar os recursos naturais de cada região. Com isso, a China evoluiu as zonas rurais com dois tipos de economia agrária: a primeira para a subsistência de pequena escala em um Império em expansão e a segunda de larga escala monitorada e administrada pelo Estado (WONG, 1999).

Todos os movimentos realizados pelo Estado Chinês no campo eram para promover a prosperidade econômica a fim de obter apoio popular e ter legitimidade para governar. A principal política agrária da China Imperial foi na dinastia Qing (1644-1912), a última do Império chinês, em que movimentou as produções agrícolas para as bordas da China, o que proporcionou a integração dessas regiões com o interior chinês. Até a revolução de 1949 nenhuma grande política agrária foi realizada (WONG, 1999). Foi sob o poder de Mao Tsé-Tung que a China começou a movimentar as estruturas sociais, por meio de seu plano de metas, conhecido como “Grande Salto Adiante”, o líder chinês propôs a coletivização das zonas rurais, a industrialização das zonas urbanas e o aumento da produtividade geral. O plano gerou uma divisão entre rural e urbano, em que o primeiro servia como apoio de bens alimentícios para os trabalhadores do segundo. Contudo, com o plano de comuna no interior, a descentralização da governança, o nivelamento salarial e os índices irrealistas de produção, a China entrou em uma crise alimentar durante três anos (1958-1962) (WONG, 1999; 2008; ZHANG, 2019).

Entre erros e acertos, os líderes chineses a partir de 1978, sob o governo de Deng Xiaoping, foram atualizando, modificando e aprofundando políticas que favoreciam a criação de uma economia agrária comercial, a fim de diminuir o fosso entre o rural e o urbano. A criação de empresas estatais de níveis municipais, regionais e nacionais possibilitou a comercialização dos produtos agrícolas por todo território chinês e deu ao mercado maior relevância do que nos períodos precedentes. Parte dessas empresas eram do tipo *Town-Village Enterprises* (TVEs), que segundo Nogueira (2021), realizou boa parte da industrialização do campo. Os produtos comercializados por essas empresas tinham como origem as propriedades do Sistema de Responsabilidade Familiar, no qual, pequenos lotes são concedidos para famílias durante 30 anos. Dentro desse novo sistema nacional e descentralizado, a produção de grãos na China aumentou, o que demonstra que para a China, a grande propriedade não é essencial para a produção agrícola (WONG, 1999; 2008; ZHANG, 2019; NOGUEIRA, 2021).

A produção agrícola chinesa aumentou sua produtividade depois das reformas de 1978. Em 1950 a produção de grãos era de 1.155 kg/ha, em 1985 triplicou para 3.480 kg/ha e em 1996 já era de 4.895 kg/ha. O aumento da produtividade foi aliado com o uso de fertilizantes (0,75 kg/ha em 1950 e 251,21 kg/ha em 1996) e de tratores. Com a modernização agrícola chinesa por meio da irrigação e mecanização, foi criado um forte efeito de ligação entre indústria e agricultura, levando ao rápido desenvolvimento das agroindústrias (YAO, 2000). Porém, a modernização ocorreu no momento de integração da China na economia-mundo capitalista, o que alterou algumas diretrizes das zonas rurais, as principais delas são: a privatização de algumas empresas, os investimentos externos na China e o aumento da demanda por produtos agropecuários (ZHANG, 2019). O setor agrícola chinês foi perdendo espaço ao longo do tempo. Em 1952, o PIB chinês era constituído por 50,5% pelo setor agropecuário, esse valor diminuiu para 30,1% em 1980 e em 1996 ficou em 20,4% (YAO, 2000).

Contudo, o campo ainda é central para as políticas da China, pois fazem parte das zonas rurais chinesas 540 milhões de pessoas, em torno de 38% da população total (BANCO MUNDIAL, 2021). Além disso, com os avanços no bem-estar populacional, as pressões internas e externas para a produção autossuficiente da China alavancaram novas formas de intervenção estatal no setor agrícola. O aumento dos investimentos externos da China em outros países, a integração de multinacionais do setor na China e as fazendas públicas representam parte dessa política envolta na segurança alimentar (ZHANG, 2019).

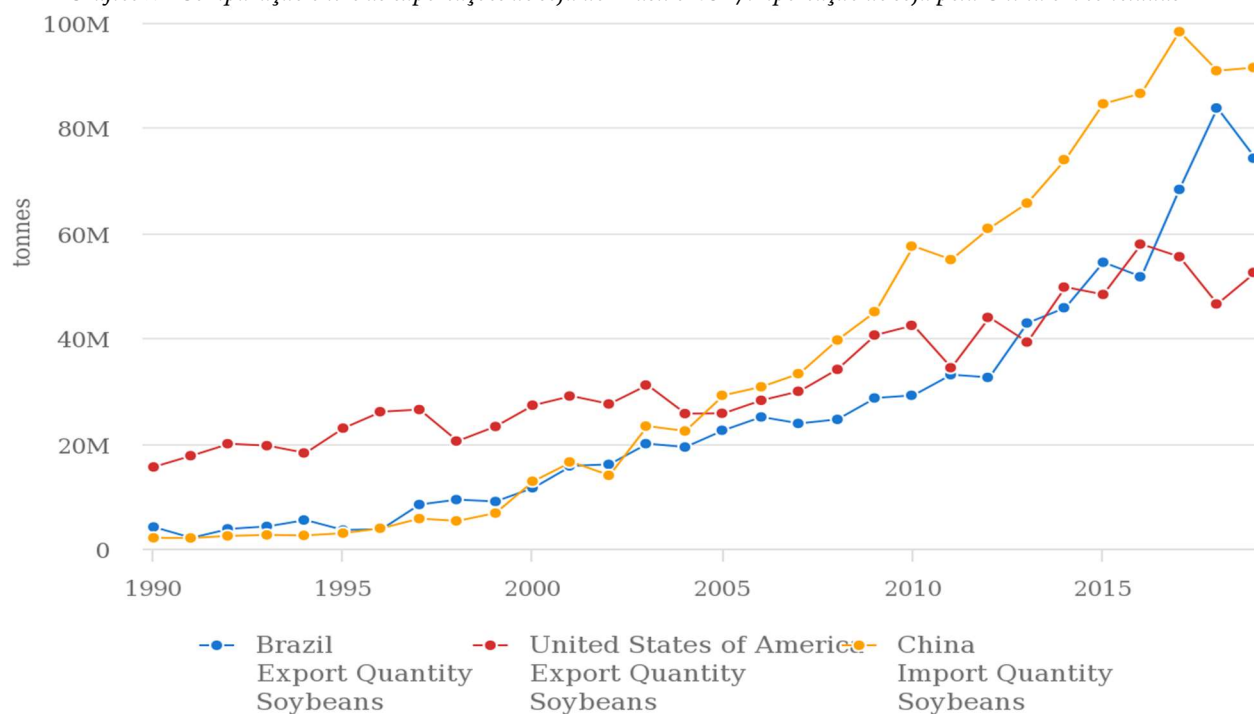
Dito isso, é possível notar que a China tem estruturas históricas específicas contínuas, as principais são: a administração direta do Estado no setor agrícola e a presença de camponeses em pequenas porções de terras. Essas duas estruturas se relacionam entre si e com outras formas de organização política e econômica na China, o que faz com que a China se insira de forma diversa do que os países ocidentais, como o Brasil, nos regimes alimentares internacionais.

Interação, continuidade e renovação

O Brasil, como colônia portuguesa, fez parte da expansão europeia do século XVI que firmou as bases da economia-mundo capitalista contemporânea (WALLERSTEIN, 1974). No mesmo período, a China era um império que se via como centro do mundo, um mundo diferente daquele europeu. A incorporação integral da China na economia-mundo capitalista ocorreu realmente a partir de 1978 com renovações nas matrizes econômicas e políticas do Estado Chinês (VIEIRA, 2022). As origens diversas fizeram que os dois países tivessem destinos também diferentes, enquanto o Brasil está estagnado na semiperiferia, a China está ascendendo ao centro da economia-mundo capitalista (LI, 2008; OURIQUES; VIEIRA, 2017).

No entanto, mesmo em direções opostas, as relações comerciais Brasil-China são sólidas desde 1974, ano do reconhecimento da República Popular da China pelo Estado Brasileiro. No ano de 1997, o Brasil exportou em torno de US\$1 bilhão para a China, já em 2020 esse valor ultrapassou US\$67 bilhões (MDICb, 2021). Atualmente, a China é o principal parceiro comercial brasileiro e gera saldos positivos para a balança comercial do Brasil, no ano de 2020 esse valor foi de US\$33 bilhões. Diferente da relação com o segundo parceiro comercial, os Estados Unidos, em que o saldo brasileiro em 2020 ficou negativo em US\$6,4 bilhões (MDIC, 2023).

A relação comercial Brasil-China está centrada no agronegócio, na qual a soja é o principal produto. A demanda chinesa pela soja em grão chegou a US\$27 bilhões em 2018 (MDIC, 2023). Em uma análise quantitativa mais ampla, a China importou 91 milhões de toneladas de soja em 2019, um valor bem maior que os 2 milhões de toneladas importadas em 1990. Já o Brasil, exportou 74 milhões de toneladas do mesmo grão em 2019 (41% a mais do que os Estados Unidos no mesmo ano), também um número expressivamente maior do que os 4 milhões de toneladas exportadas em 1990, como mostrado no gráfico 2 (FAO, 2021).

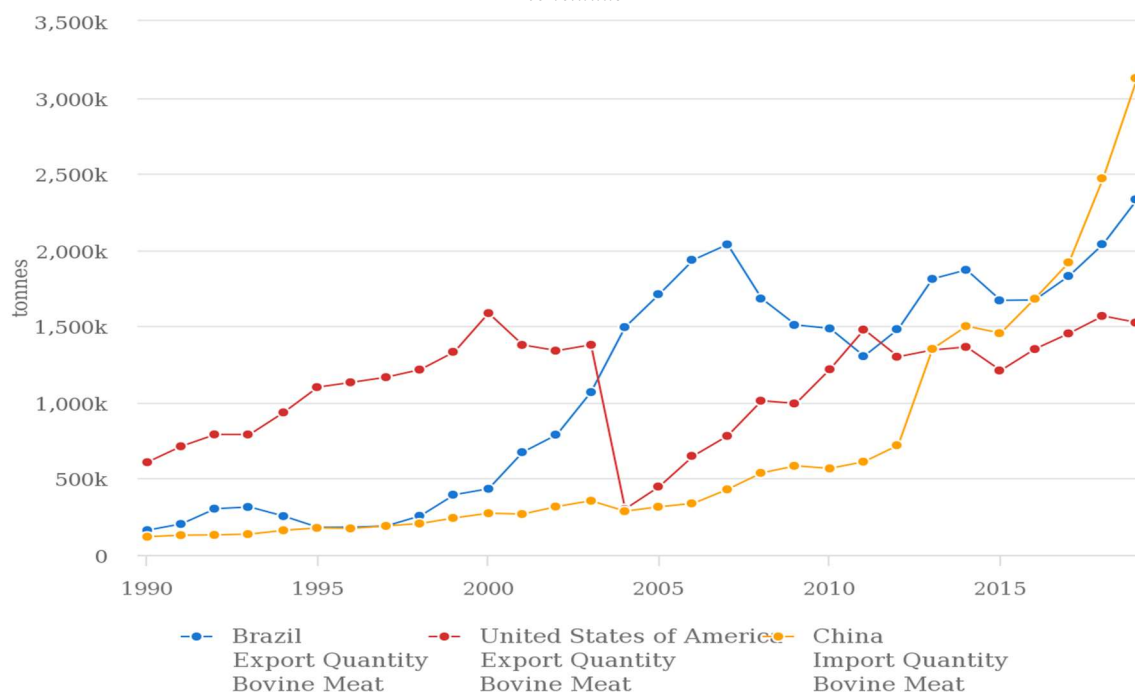
Gráfico 2 - Comparação entre as exportações de soja do Brasil e EUA/importação de soja pela China em toneladas

Fonte: FAO, 2021.

Quantidade exportada pelo Brasil em azul, pelos EUA em vermelho; quantidade importada pela China em amarelo.

Já o gráfico 3, mostra o caso da carne bovina. A China passou a importar de forma expressiva na segunda década do século XXI e atingiu 3 milhões de toneladas importadas em 2019, demonstrando a mudança da dieta chinesa no século XXI. Do lado da exportação, os Estados Unidos tiveram uma diminuição drástica em 2005 (em 2004 foram 1,4 milhão de toneladas, já em 2005 foram apenas 300 mil toneladas), recuperando os mesmos níveis de exportação apenas em 2011 (1 milhão de toneladas de carne bovina exportadas). Já o Brasil assistiu uma expansão das exportações de carne bovina, que desde 2003 está acima de 1 milhão de toneladas exportadas (FAO, 2021).

Gráfico 3 - Comparação entre as exportações de carne bovina dos EUA e do Brasil/importação de carne bovina pela China em toneladas



Fonte: FAO, 2021.

Quantidade exportada pelo Brasil em azul, pelos EUA em vermelho; quantidade importada pela China em amarelo.

Os dois gráficos acima, demonstram que as mudanças no consumo chinês fazem com que a demanda pela soja e pela carne seja crescente, o que expande e aprofunda as relações políticas e econômicas com os principais produtores, entre eles o Brasil. Assim, o complexo Soja-Carne Brasil-China pode ser uma das fontes das mudanças no regime alimentar atual (ESCHER; WILKINSON, 2017; MCMICHAEL, 2019). Parte da demonstração dessa nova fonte de mudanças no regime alimentar é a participação chinesa nos nós das cadeias mercantis dos produtos agropecuários, entre eles a soja. De 2005 até 2021, a China investiu mais de US\$97 bilhões no setor agropecuário ao redor do globo, o Brasil recebeu US\$3 bilhões desse total (AEI, 2021).

Para Zhang (2019), a China está em um processo de construção de um agronegócio global, que visa a segurança alimentar interna por meio da autonomia frente ao ABCD. A busca por produtos agropecuários no exterior faz com que os fluxos alimentares mundiais sejam redirecionados para um regime alimentar com maior poder chinês. Seguindo a mesma linha de pensamento, Escher e Wesz Júnior (2022), entende que a centralidade da China nessa nova dinâmica não é limitada às questões comerciais, mas que abrange também questões ambientais devido à pressão ecológica da produção agrícola, principalmente da soja. Nesse sentido, o Estado Brasileiro tem que equilibrar os efeitos positivos e negativos da interação com a China no regime agroalimentar internacional.

O Brasil cria mecanismos para a manutenção do principal parceiro alimentar chinês, é o caso da criação de uma secretaria no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento específica para tratar assuntos internacionais, fugindo do aparato do Ministério das Relações Exteriores. Além das modificações na política ambiental e na política de terras. A política ambiental vem sendo altamente criticada nos últimos anos por sua inércia relacionada à expansão da fronteira agrícola e seu alto índice de liberalização de agrotóxicos. Já a política de terras vem sendo alterada no Congresso para maior flexibilidade legal, possibilitando a compra de porções de terras maiores por empresas estrangeiras. De todo modo, alguns trabalhos demonstram que a concertação política nacional do agronegócio está cada vez mais forte e é prejudicial para a sociedade brasileira (FIRMIANO, 2020; POMPEIA, 2020).

Porém, como visto anteriormente, os números de produção e área produzida aumentam no Brasil, o que é causa e consequência do aprofundamento de estruturas do atual regime alimentar, entre elas a financeirização da agricultura e

a longa revolução verde nos países semiperiféricos (DELGADO, 2012; PATEL, 2013). Do lado chinês, as estruturas agrícolas internas se modificam mais lentamente que o processo de ascensão da economia nacional, como o exemplo a presença de empresas estatais e no processo de retomada da produção de produtos importantes (ZHANG, 2019). Relacionado China e Brasil no regime alimentar atual, pode-se notar que há sim novos redirecionamentos Sul/Oriente nos padrões de produção e de consumo, porém, ainda é cedo para afirmar que os Estados Unidos e a Europa são polos secundários, principalmente na competitividade entre as empresas dominantes do setor.

Considerações finais

O artigo buscou demonstrar quais são as relações entre Brasil e China nos regimes alimentares internacionais por meio da comparação incorporada. O esforço de descrição histórica contou com a revisão bibliográfica de trabalhos relacionados ao tema em comparação com alguns dados empíricos, a fim de consolidar os argumentos adotados. Com isso, fixou alguns padrões dos regimes alimentares internacionais e dos setores agrícolas do Brasil e da China durante o período recortado.

Em relação aos regimes alimentares, pode-se notar que a construção e evolução dos fluxos de produção e de comercialização estão sob a expansão da economia-mundo capitalista iniciada na Europa no século XVI, com a mudança hegemônica no século XIX/XX e as instabilidades do século XXI. Aliado a isso, o último regime alimentar está em constante modificação, já que há diversas indefinições políticas e econômicas na contemporaneidade. O fato é de que a construção dos padrões produtivos e de consumo desse último regime é guiado, em grande medida, pela China.

Sob esse aparato teórico e empírico, a inserção do Brasil é de suma importância para compreender os movimentos da economia-mundo capitalista, pois é possível visualizar a estagnação brasileira por meio de seus objetivos comerciais e das dinâmicas produtivas internas. O Brasil continua com latifúndios, dominantes na sua estrutura fundiária, que produzem parte dos produtos agropecuários para o consumo externo. O primeiro regime alimentar no Brasil auxiliou na efetivação da organização do setor agrícola. O segundo regime alimentar proporcionou inovações técnicas para o setor. E o último regime alimentar possibilitou alguns benefícios macroeconômicos de curta duração no século XXI.

A China, por sua localização geográfica e estrutura social específica, fez com que os regimes alimentares internacionais não influenciassem na sua produção e consumo até a década de 1970. A partir das reformas econômicas, o setor agrícola começa a ser impactado pelo segundo regime alimentar, como pode ser visto na mecanização, na utilização de fertilizantes e na agroindustrialização da produção agrícola. No entanto, a presença do Estado fez com que as influências externas fossem organizadas à realidade chinesa. A centralidade do Estado Chinês fez com que as críticas ocidentais da crescente demanda de soja e carne, fossem canalizadas para uma política nacional de autonomia produtiva.

Assim, Brasil e China influenciam e são influenciados de diferentes formas pelos regimes alimentares internacionais. Contudo, na observação histórica, o Brasil tem uma posição passiva, enquanto a China se insere ativamente nos regimes alimentares, alterando os fluxos produtivos e comerciais. O último regime alimentar, dessa forma, é fruto de uma justaposição de atores e interesses que modificam as estruturas dos regimes precedentes. No entanto, ainda é preciso descrever detalhadamente as conexões entre os Estados, empresas e agricultores para uma compreensão profunda dos regimes alimentares internacionais.

Referências

AEI, American Enterprise Institute. **China Global Investment Tracker | American Enterprise Institute - AEI**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 5 abr. 2023.

ANDERSSON, Martin; TILL, Emilie Rohne. Between the Engine and the Fifth Wheel: an Analytical Survey of the Shifting Roles of Agriculture in Development Theory. In: PINILLA, Vicente; WILLEBALD, Henry (eds). **Agricultural Development in the World Periphery A Global Economic History Approach**. Londres: Palgrave MacMillan, 2018. p. 29–62.

APARICIO, Gema et al. The World Periphery in Global Agricultural and Food Trade, 1900–2000. In: PINILLA, Vicente; WILLEBALD, Henry (eds.) **Agricultural Development in the World Periphery A Global Economic History Approach**. Londres: Palgrave MacMillan, 2018. p. 63–88.

ARAGÃO, Daniel Maurício de; SANTOS, Tiago Matos dos. A governança global do desenvolvimento e a despolitização do land grabbing: “there is no alternative”? **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, 2017. Disponível em: <http://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5.n2.p57>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Rural Population (% of Total population) - China | Data**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.RUR.TOTL.ZS?locations=CN>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BENEDICT, Kennette. Global Governance. In: WRIGHT, James D.; **International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences**. Nova York: Elsevier. 2015, p. 151-161. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.75018-5>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BIELER, Andreas; MOORE, Madeleine. Water grabbing, capitalist accumulation and resistance: conceptualising the multiple dimensions of class struggle. **Global Labour Journal**, [s. l.], v. 14, n. 1, 2023. Disponível em: <https://mulpress.mcmaster.ca/globallabour/article/view/5074/4365>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BROWN, Trent. When food regimes become hegemonic: Agrarian India through Gramscian lens. **Journal of Agrarian Change**, [s. l.] v. 20, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/joac.12344>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CEPEA, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do Agronegócio Brasileiro - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-Esaloq/USP**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.cepea.esaloq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 4 maio 2023.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. **Portal de Informações Agropecuárias**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/safra-serie-historica-graos.html>.

DELGADO, Guilherme Costa. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Questão Agrária no Brasil: Perspectiva Histórica e Configuração Atual**. São Paulo: Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária, 2005. p. 21–86.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do Capital Financeiro Na Agricultura À Economia Do Agronegócio: Mudanças Cíclicas Em Meio Século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora Da UFRGS, 2012.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A Economia Política do complexo Soja-Carne Brasil-China, **Revista de Economia e Sociologia Rural**, p. 656-678, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.191017>. Acesso em: 05 abr. 2023.

ESCHER, Fabiano; WESZ JUNIOR, Valdemar João. Dinâmica recente do complexo soja-carne Brasil-China. **Revista Campo-Território**, [s. l.], v. 17, n. 46, p. 131–151, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT174606>. Acesso em: 05 abr. 2023.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. **FAOSTAT**. [S. l.], 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data>. Acesso em: 25 ago. 2021.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Sustainable food systems: concept and framework**. 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca2079en/CA2079EN.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2023.

FIRMIANO, Frederico Daia. “Quem Lamenta Os Estragos – Se Os Frutos São Prazeres?” O Bloco De Poder Agro do Governo Bolsonaro. **Estudos, Sociedade E Agricultura**, [s. l.], v. 28, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n2-5>. Acesso em: 05 abr. 2023.

FPA, Frente Parlamentar da Agropecuária. **História da FPA**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FRIEDMANN, Harriet. The Political Economy of Food: The Rise and Fall of the Postwar International Food Order. **American Journal of Sociology**, [s. l.], v. 88, n. Marxist Inquiries: Studies of Labor, Class, and States, p. 248–286, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3083245>. Acesso em: 05 abr. 2023.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. Agriculture And The State System: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 93–117, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.1989.tb00360.x>. Acesso em: 05 abr. 2023.

GIRAUDO, Maria Eugenia. Dependent development in South America: china and the soybean nexus. **Journal Of Agrarian Change**, [s. l.] v. 20, n. 1, p. 60-78, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/joac.12333> Acesso em: 07 jun. 2023.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KORSNES, Marius; LIU, Chen. Meating demand in China: changes in chinese meat cultures through times. In: HANSEN, Arve.; SYSE, Karen Lykke. **Changing meat cultures: Food practices, global capitalism and the consumption of animals**. Londres: Rowman e Littlefield, 2021, p. 79-98.

LI, Minqi. **The rise of China and the demise of the capitalist world-economy**. Nova York: Monthly Review Press, 2008.

MADDISON, Angus. **The World Economy**. Paris: OECD Publishing, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/19900295>. Acesso em: 05 abr. 2023.

MEDEIROS, Carlos Aguiar; CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 35, n. 1, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v35n01a02> Acesso em: 07 jun. 2023.

MCKAY, Ben M.; et al. China and Latin America: towards a new consensus of resource control?. **Third World Thematics**, [s. l.], v. 1, n. 5, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/23802014.2016.1344564>. Acesso em: 07 jun. 2023.

MCMICHAEL, Philip. A Food Regime Genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 139–169, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150902820354>. Acesso em: 05 abr. 2023.

MCMICHAEL, Philip. Does China's "going out" strategy prefigure a new food regime? **The Journal of Peasant Studies**, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 116–154, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2019.1693368>. Acesso em: 05 abr. 2023.

MCMICHAEL, Philip. Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: an Alternative Comparative Method. **American Sociological Review**, [s. l.], v. 55, n. 3, p. 385–397, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2095763>. Acesso em: 05 abr. 2023.

MCMICHAEL, Philip. World-System analysis, globalization and incorporated comparison. **Journal of World-System Research**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 68–99, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.5195/jwsr.2000.192>. Acesso em: 05 abr. 2023.

MDIC, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **ComexVis**. [S. l.], 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 07 jun. 2023.

MDICb, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **ComexStat-China**. [S. l.], 2021. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/41110>. Acesso em: 5 ago. 2021.

NOGUEIRA, Isabela. O Estado na China. **Oikos**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 6–16, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/52047>. Acesso em: 05 abr. 2023.

ORTIZ-OSPINA, Esteban; BELTEKIAN, Diana. **Trade and Globalization**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://ourworldindata.org/trade-and-globalization>. Acesso em: 25 ago. 2021.

OURIQUES, Helton Ricardo; VIEIRA, Pedro Antonio. A condição semiperiférica do Brasil na economia-mundo capitalista: novas Evidências. **Carta Internacional**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 199, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v12n3.2017.711>. Acesso em: 05 abr. 2023.

PATEL, Raj. The Long Green Revolution. **Journal of Peasant Studies**, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 1–63, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.719224>. Acesso em: 05 abr. 2023.

PINILLA, Vicente; WILLEBALD, Henry. Agricultural Development in the World Periphery: A General Overview. In: PINILLA, Vicente; WILLEBALD, Henry (eds). **Agricultural Development in the World Periphery A Global Economic History Approach**. Londres: Palgrave MacMillan, 2018. p. 3–27.

PINTO, Rubens Marcelo Campos. Investimento direto estrangeiro chinês e participação chinesa em projetos de infraestrutura no estado de São Paulo, Brasil: uma análise baseada na urbanização planetária e nos circuitos do capital. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 25, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202306>. Acesso em: 07 jun. 2023.

POMPEIA, Caio. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 35, n. 104, 2020.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RU, Sung Hee. A comparison of Weber's and Wallerstein's historical methods: the contribution of Weber's methods in developing existing world-systems methods. **Journal of Asian Sociology**, [s. l.], v. 52, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/27211833>. Acesso em: 07 jun. 2023.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (orgs.). Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

SCHNEIDER, Sergio; SCHUBERT, Maycon Noremburg; ESCHER, Fabiano. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21575/25254790rmmaa2016vol1n134>. Acesso em: 05 abr. 2023.

TIMMER, C. Peter. **A World without Agriculture: The Structural Transformation in Historical Perspective**. Washington: AEI Press, 2009. Disponível em: https://www.aei.org/wp-content/uploads/2014/06/-a-world-without-agriculture-the-structural-transformation-in-historical-perspective_145442400043.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

TURZI, Mariano. **The Political Economy of Agricultural Booms**. Londres: Springer International Publishing, 2017.

VIEIRA, Pedro Antonio. As três fases da China na economia-mundo capitalista: incorporação forçada e parcial (1840-1949), retraimento e incorporação mínima (1949-1978), integração total, voluntária e irreversível (1978-presente). In: **Desigualdade, geocultura e desenvolvimento na economia-mundo capitalista contemporânea: olhar desde as (semi)periferias**. Florianópolis: Insular, 2022. p. 175–207.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Edições Afrontamentos, 1974. v. 1.

WONG, R. Bin. The Political Economy of the Agrarian Empire and Its Modern Legacy. In: **China and historical capitalism: genealogies of sinological knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 210–245.

WONG, R. Bin. Transformations of China’s post-1949 political economy in an historical perspective. **Pacific Economic Review**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 291–307, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0106.2008.00402.x>. Acesso em: 05 abr. 2023.

YAO, Shujie. How Important is Agriculture in China’s Economic Growth? **Oxford Development Studies**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 33–49, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/713688306>. Acesso em: 05 abr. 2023.

ZHANG, Hongzhou. **Securing the “Rice Bowl”**: China and Global Food Security. Singapore: Springer Singapore, 2019.

Funções de colaboração exercidas

Giacomo Otavio Tixiliski:

Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)
